

Recensão Crítica

Camponez, C., Ferreira, G. B., & Rodríguez-Díaz, R. (Eds.) (2018). *Estudos do Agendamento: Teoria, desenvolvimentos e desafios – 50 anos depois*. Covilhã: Editora LabCom, 238 pp.

https://doi.org/10.14195/2183-6019_14_9

Após meio século de investigações sobre o agendamento, efeméride cujo volume *Estudos do Agendamento: Teoria, desenvolvimentos e desafios – 50 anos depois* assinala, é inegável que a teoria se encontra, por assim dizer, em um momento crítico. Com o seu pressuposto – a correspondência entre a agenda dos *media* e a agenda pública – em causa pela popularização das redes sociais digitais, importa assinalar, conforme os organizadores o fazem na introdução ao livro, a importância da teoria do agendamento sobretudo, “[...] na sua capacidade de ir colocando hipóteses mais complexas e de adaptar a sua metodologia às transformações que a opinião pública mediatizada foi assistindo” (p. 13).

Perante a crise do papel dos *media* de intermediação entre a realidade social e as audiências e o seu impacto nos pressupostos teóricos do agendamento, não é por acaso e nem somente em razão do momento em que a obra veio a lume que os organizadores Carlos Camponez, Gil Baptista Ferreira e Raquel Rodríguez-Díaz a iniciam mencionando o novo coronavírus. Como indicou o último *Reuters Institute Digital News Report*

(Newman et al., 2020), os indivíduos sentiram necessidades acrescidas de informação fiável no contexto da pandemia de Covid-19, com a confiança na cobertura dos *media* mostrando-se elevada nos 40 países pesquisados, e correspondendo a mais que o dobro da confiança devotada aos conteúdos partilhados nas redes sociais.

Todavia, este período também demonstrou ser propício à disseminação de informações deliberadamente falsas, teorias conspiratórias e afins pelas redes sociais. No atual sistema mediático híbrido, os *media mainstream* permanecem com um peso notável dentre os conteúdos que circulam pela Internet, porém a ação de algoritmos, *trolls* e o facto de agora os recetores também poderem ser emissores complexificaram a ideia de transferência entre agendas. Portanto, mais que um refinamento, faz-se necessário ampliar a teoria do agendamento.

Em capítulo sob o eixo temático “Teoria”, Maxwell McCombs demonstra de forma inequívoca a já assinalada versatilidade da teoria em propor hipóteses cada vez mais complexas ao relacionar a linguagem

do jornalismo com a linguagem dos efeitos do agendamento – no primeiro nível concernente ao agendamento de objetos, no segundo nível relacionada com o agendamento dos atributos desses objetos, e no terceiro nível enfatizando o agendamento em rede, o agendamento intermedia e o conceito de argumentos convincentes. Nesta análise descritiva da evolução do agendamento, se fica claro a sua capacidade de refinamento - ao introduzir, por exemplo, novas medidas de saliência como o grau de centralidade, referente ao agendamento em rede -, também se evidencia como algo assente a imutabilidade do seu núcleo teórico aos três níveis: a transferência de saliência de uma agenda para outra.

Neste contexto, se o agendamento se afirma como uma teoria dos efeitos sociais dos *media* em que, por essa razão, a linguagem desses efeitos evidencia-se similar à linguagem do jornalismo, recordamos que esta não é ideologicamente neutra. Como assinala João Carlos Correia em capítulo sob o eixo “Desenvolvimentos”, são as ideologias dominantes num dado período as responsáveis por fornecer

as balizas pelas quais os *media* selecionam os acontecimentos que se tornarão notícia. Assim, o significado do agendamento em termos de teoria social é traduzido por uma ideia de efeitos cognitivos, resultantes da transferência para as audiências (por via da agenda pública) de elementos salientes no conteúdo dos *media*. No entanto, este conteúdo mediático, em que medidas de saliência se evidenciam não apenas no que e como algo é exposto, mas também no que é silenciado, explicita “[...] o conceito dominante de notícia vigente em cada sociedade em determinado período da sua história” (p. 113), conformado por ideologias e representações sociais hegemônicas. Por esta razão, Rodríguez-Díaz, no outro capítulo sob o eixo “Teoria” em que analisa a inextricável relação entre o agendamento e a opinião pública, propõe a integração das investigações sobre *agenda building* no estudo dos efeitos, no sentido de se compreender quais os fatores que influenciam o conteúdo dos *media*.

Todavia, é ao discorrer sobre os conceitos de osmose cívica e fusão de agendas (*agenda-melding*) que

McCombs mais se aproxima daqueles que, atualmente, se apresentam como os maiores desafios no delineamento de investigações sobre o agendamento: a desinformação e a emergência de agendas individuais pessoalmente satisfatórias. Ao pontuar a natureza inter-relacionada das fontes de informação utilizadas pelos indivíduos, uma assunção presente desde o início do agendamento, porém explicitada com a Internet, e o facto de hoje, mais do que nunca, se fundirem objetos e atributos de uma variedade de *media* e fontes pessoais para a construção de agendas individuais, o autor defende que estes dois fenómenos não anulam o agendamento dos *media*. Embora a sua força seja contingente entre os diferentes indivíduos, grupos e *media*.

Ainda assim, reforça-se a relevância dos denominados *media* verticais no estabelecimento de uma agenda pública e, colateralmente, na disseminação de *fake news*. Pois, para terem impacto, notícias falsas necessitam de lastro e de um clima de opinião favorável, este contingente ao gradual processo em que a agenda mediática estabelece temas na agenda pública. No contexto brasileiro recente, por

exemplo, a rede de desinformação bolsonarista, orientada sobretudo para o ataque ao Partido dos Trabalhadores e à esquerda em geral, beneficiou da polarização política estimulada durante anos pelo perfil de cobertura dos *media mainstream* (Miguel, 2019).

Não obstante esta correlação entre a agenda dos *media* e a agenda que os indivíduos constroem na Internet, há que considerar o papel cada vez mais proeminente que intermediários digitais, como agregadores de notícias e redes sociais, assumem no processo de agendamento. Como assinala Ferreira, esses intermediários constituem-se como verdadeiros *gatekeepers* “[...] na medida em que controlam fluxos, selecionam, classificam e de seguida distribuem informação” (p. 69). Porém, longe de se guiarem pelos princípios deontológicos do jornalismo, tais ações algorítmicamente orientadas procuram fornecer aos usuários o tipo de conteúdo que mais esteja em conformidade com os seus gostos, algo por sua vez mensurado a partir do comportamento digital pretérito. O corolário disso é o estabelecimento de bolhas informativas

e a tendência de os indivíduos se tornarem cada vez mais suscetíveis a informações que reforcem as suas crenças e percepções, sejam essas informações verdadeiras ou falsas.

No atual contexto, portanto, é difícil vislumbrar a Web 2.0 como um meio para a regeneração do sistema representativo, conforme defende João Almeida Santos no capítulo em que põe em diálogo os estudos do agendamento e a teoria política. A multiplicidade de recetores-emissores é algo positivo pois, em princípio, democratiza o processo de construção da agenda pública. No entanto, o que a realidade mais recente tem demonstrado é que, de facto, as redes sociais tornaram os indivíduos menos conscientes da existência dessa agenda. O que denota, por sua vez, a necessidade premente de regulá-las, como também argumenta o autor.

Em suma, a considerar-se o atual fluxo bidirecional de informação entre plataformas digitais, com audiências ativas, e *media* tradicionais, cuja interação, porém, nem sempre resulta num processo de agendamento mais amplo e inclusivo, Enric Saperas aponta a problemática geracional

como fator *sine qua non* para as futuras investigações sobre o agendamento. Em capítulo pertencente ao último eixo da obra – “Desafios” –, o autor assinala “[...] o aparecimento de novos públicos com novos hábitos, em novas plataformas de *media* digitalmente diversificadas” (p. 200).

No entanto, é apenas no último capítulo que se expõe a importância, subjacentemente a perpassar todo o volume, de a teoria do agendamento ampliar-se de forma a também pensar politicamente os *media*. Ao relacionar as operações de seleção dos *media* – explicitadas pelo *agenda-setting* – aos processos deliberativos próprios de sociedades democráticas, João Pissarra Esteves enfatiza a dimensão normativa com que essas ações se revestem. Pois, ao procurarem representar “[...] a diversidade de alternativas disponibilizadas para resolução dos problemas identificados como de interesse público” (p. 222), as ações de seleção e os profissionais envolvidos na sua execução – os jornalistas – imbuem-se de elevadas responsabilidades éticas e morais. Neste sentido, o agendamento poderá ser de enorme relevância para a sua

melhor compreensão ao também debruçar-se sobre a dimensão política inerente ao processo de construção da agenda dos *media*.

Referências bibliográficas

- Miguel, L. F. (2019). Jornalismo, polarização política e a querela das *fake news*. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 16(2), 46-58. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2019v16n2p46>
- Newman, N., Fletcher, R., Schulz, A., Andi, S., & Nielsen, R. K. (2020). *Reuters Institute Digital News Report 2020*. Reuters Institute & University of Oxford.

